

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 28 a 29/03

Entre as matérias do Plenário, destacam-se:

- **PL 4486/2019**, que prevê atendimento telefônico diferenciado a pessoas com deficiência;
- **PL 5015/2019**, que institui a Semana da Educação Olímpica nas escolas públicas.
- **PL 5385/2019**, que criminaliza a conduta de quem adultera sinal identificador de veículo não categorizado como automotor
- **PLC 162/2015**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para inserir, como despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino, aquela realizada com atividades curriculares complementares

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Comissão de Constituição e Justiça – 29/03

ITEM 2 - PL 3713/2019, que altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

O relator, Senador Alessandro Vieira, apresentou parecer favorável ao Projeto, e às Emendas de nº 1 a 4, na forma do Substitutivo.

ITEM 4 - PL 1899/2019, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar a contratação de pessoa física condenada pelos crimes que especifica.

O relator, Senador Esperidião Amin, apresentou parecer pela aprovação do Projeto, nos termos dos Substitutivo.

Comissão de Segurança Pública – 29/03

ITEM1 - PL 3283/2021, que altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

O relator, senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), apresentou parecer favorável, com quatro emendas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 27 a 30/03

A pauta do Plenário da Câmara ainda não foi divulgada. Todavia, O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou nesta semana a Câmara realizará esforço concentrado para votação de medidas provisórias. As MPs são:

- MPV 1142/22 - Prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde. Expira em: 09/05/23.
- MPV 1145/22 - Tabela de Taxas de Serviços Metrológicos. Expira em: 24/05/23.
- MPV 1146/22 - Fator de conversão da retribuição básica. (Alteração da Lei de Retribuição no Exterior - LRE). Expira em: 28/05/23.
- MPV 1147/22 - Redução das alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes no transporte aéreo de passageiros. Expira em: 30/05/23.
- MPV 1148/22 - Amplia o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação. Expira em: 31/05/23.
- MPV 1149/22 – Dispõe sobre a gestão e a operacionalização dos pedidos das indenizações previstas no art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com vistas a assegurar a sua continuidade, (Pedidos de indenizações do Seguro DPVAT 2023). Expira em: 31/05/23.
- MPV 1150/22 – Proteção da vegetação nativa. (Prazo para adesão aos Programas de Regularização Ambiental - PRAs). Expira em: 01/06/23.
- MPV 1151/22 – (Atratividade das concessões em unidades de manejo florestal). Expira em: 01/06/23.

- MPV 1152/22 – Dispõe sobre as regras de preços de transferência. (Novo marco legal para a matéria de preços de transferência no Brasil). Expira em: 01/06/23.
- MPV 1153/22 – Prorrogação da exigência do exame toxicológico periódico. Expira em: 01/06/23.

Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – 28/03 – 14h – Plenário 01

Audiência pública com o Ministro da Justiça, Flávio Dino, para tratar sobre política de armas, ações pós-8 de janeiro e prioridades do ministério.

Seminário Sobre Anistia no Brasil – 28/03 – 16h – Auditório Freitas Nobre

A Segunda-Secretaria promove o Seminário sobre Anistia no Brasil, que se propõe a debater uma concepção ampliada sobre os direitos à memória, à verdade, à justiça e à reparação no contexto de reconstrução da democracia e das políticas públicas no país. A proposta é trazer à tona a discussão acerca da necessidade de que as políticas a serem construídas e reconstruídas neste campo possam avançar para além das demandas históricas e das pendências da transição democrática, incorporando formas de reconhecimento e reparação a outras graves violações de direitos humanos que marcam a trajetória histórica brasileira, tais como o genocídio do povo indígena, o racismo estrutural e o extermínio da juventude negra e favelada.

Programação:

16h - Mesa de abertura: falas institucionais e de parlamentares

17:30 - Mesa: Memória, Verdade, Justiça e Reparação Hoje

- Representante do movimento negro
- Representante do movimento de familiares de violência policial
- Representante do movimento de familiares de vítimas da ditadura
- Representante do movimento indígena

- Representante das organizações de direitos humanos e liberdade de expressão
Mediação: Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia

Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – 29/03 – 10h – Plenário 01

ITEM 7 - Redação final - PL 1269/2022, que acrescenta o Art. 16-A na Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências, especificamente nos efeitos jurídicos das declarações de indisponibilidade de bens.

O Deputado Lafayette de Andrada é o relator da matéria.